

PROBLEMAS DO EXTREMO ORIENTE

1951

Um correto entendimento da política internacional seguida por um Estado depende do conhecimento do *processus* econômico e político que se desenvolve não só nas áreas geograficamente vizinhas, mas em todas as outras áreas, que podem ser chamadas dominantes em relação às modificações no panorama mundial.

De uma época para outra, essas áreas dominantes variam. No momento atual, parece razoável enumerar oito:

- 1 - A parte oriental da América do Norte, onde se concentra o parque industrial dos Estados Unidos e do Canadá e onde está o centro de decisão política do Ocidente;
- 2 - A Europa Ocidental, compreendendo os grandes países industrializados a oeste da "Cortina de Ferro";
- 3 - A Europa Oriental, abrangendo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os seus satélites europeus;
- 4 - A parte Oriental da América do Sul, compreendendo as regiões em desenvolvimento do Brasil, da Venezuela, do Uruguai e da Argentina;
- 5 - O Oriente Médio, abrangendo Turquia, Irã, Israel e países árabes;
- 6 - O Sul da Ásia: Índia, Birmânia e Paquistão;
- 7 - As índias Orientais, compreendendo a parte continental do Sudeste asiático e a parte insular;
- 8 - A Ásia Oriental: China, Coréia e Japão.

Há países em desenvolvimento, com influência crescente na vida internacional, que não estão compreendidos nessas áreas (Austrália, Nova Zelândia, União Sul-Africana). O que confere a essas áreas a qualificação de dominantes é o modo pelo qual seus problemas preponderam no desenrolar dos acontecimentos presentes, comprometendo, num ou noutro sentido, os resultantes gerais.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a vida internacional atingiu, rapidamente, um grau muito mais elevado de síntese. Os problemas de uma área repercutem direta ou indiretamente nas demais, e nenhum Estado pode escapar, em sua política externa, a esse processo de totalização, que exige o conhecimento, não só dos problemas de áreas distantes para o bom encaminhamento dos problemas domésticos, mas também os da área geográfica a que o próprio Estado pertence.

* * *

Cumpre assinalar que os estudos de área, embora despertem um crescente interesse e estejam começando a servir de base à sistematização prática dos problemas internacionais em muitas chancelarias, ainda não estão integrados no modo de pensar dos homens de Estado e dos povos modernos.

Os *approaches* tradicionais dos problemas, tanto externos como internos, são os históricos, que indagam dos antecedentes e procuram filiar os aspectos atuais, examinadas as causas historicamente anteriores, acompanhando o desenvolvimento de cada problema no quadro interno de um país ou da região onde ele se situa.

O *approach* histórico será indispensável a qualquer conhecimento completo da realidade social, mas deve ser comparativo, na medida em que examina os problemas de um Estado, em determinada época, não em função do que poderíamos chamar de antecedentes históricos internos, mas em função de outros problemas que, simultaneamente, ocorrem em outras áreas e que se influenciam reciprocamente.

Note-se que os estudos de áreas trazem, igualmente, correção às imperfeições e desvios do método simplesmente comparativo. Comparar um problema político ou econômico de um país conduz, quase sempre, a conclusões errôneas, por não se tomar consciência da interdependência em que esse problema se encontra, com outras situações específicas de cada um dos países considerados. Esses estudos visam à construção de sínteses regionais e não à comparação de problemas isolados. Eis porque eles são os meios mais adequados à obtenção de um conhecimento objetivo das realidades sociais.

* * *

Uma das áreas de influência preponderante nas modificações presentes no panorama mundial é a integrada pelas nações de existência política milenar, situadas no Extremo Oriente da Ásia. Foi nessa região, especialmente na Bacia do Rio Amarelo, o grande rio setentrional da China, que se formou, numa antiguidade historicamente estimada em 3.000 anos, a civilização que depois veio a florescer, sobretudo um pouco mais ao sul, nas margens do Yang Tsé-kiang.

Esse foco de cultura oriental adquiriu extraordinário grau de caracterização. Tradições religiosas, políticas e educacionais ali fixaram, durante séculos, certo padrão de civilização, permitindo que se enraizasse um tipo de comportamento social, de influência decisiva sobre todos os processos políticos e culturais lá ocorridos. Outra característica dessa região viria a ser a sua excepcional densidade demográfica.

Como se sabe, concentra-se naquela região uma parte considerável da população mundial, hoje estimada em aproximadamente 2.300.000.000 habitantes e que tem, na Ásia, cerca de 1.170.000.000, ou seja, quase a metade, e dessa metade um pouco mais de 50% na Ásia Oriental, contribuindo a China com 470.000.000, o Japão com cerca de 80.000.000 e a Coréia com cerca de 28.000.000, sem contar as áreas soviéticas sobre as quais não são suficientemente exatos os dados estatísticos disponíveis.

Em toda essa região, largamente povoada, a densidade demográfica é muito elevada. A população asiática não está homogeneamente distribuída em seu território, mas concentrada em cerca de 8.000.000 km², nos quais vive 80% da população, oferecendo uma média de 110 indivíduos por km². Os pontos mais elevados dessa densidade encontram-se precisamente na região - objeto do nosso estudo - chegando a 211 indivíduos por km² no Japão, a 100 por km² na China e a 128 por km² na Coréia.

A China e a Índia, os dois maiores focos de população asiática, apresentam, somadas, uma vasta área cultivada, equivalente à da Rússia e dos Estados Unidos. Mas como ali vive uma população 2,5 vezes superior, o resultado é que a área cultivada é pequena, por indivíduo. Além disso, os recursos naturais, tanto na Ásia do Sul como na Ásia Oriental, são escassos. Nessa região, concentram-se as maiores reservas mundiais de três elementos de importância industrial: o estanho, o antimônio e o tungstênio; mas em relação aos demais recursos dessa natureza, esta parte do continente asiático pode ser considerada muito deficiente.

As reservas de petróleo são estimadas em 2,7% da reserva mundial, da qual o Oriente Médio detém cerca de 47%. A principal fonte de energia da região é o carvão, que se encontra, sobretudo, na parte NO da China. A energia hidroelétrica é pouco desenvolvida. A China apresenta pouco mais de 520.000 kw de força instalada, em toda a sua superfície, dos quais 340.000 estão na Manchúria. O Japão, pelo contrário, por ser o país plenamente desenvolvido da região, atinge mais de 6.000.000 de kw de força. A Coréia, sem considerar a devastação resultante do atual conflito, deve ter uma produção de energia elétrica superior à da China. O padrão da economia dessa região, em certos aspectos, assemelha-se ao que observamos em nosso hemisfério.

A vida econômica ali, transcorre como um diálogo entre um país plenamente desenvolvido e os países subdesenvolvidos que o rodeiam. Estes últimos são exportadores de produtos primários, especialmente os agrícolas, obtidos por meio de mão de obra de custo reduzido e importadores de manufaturas, que, até o presente momento, foram fornecidas principalmente pelo Japão. Esta era a situação nos anos que precederam imediatamente a Segunda Guerra Mundial, resultante de uma evolução

econômica, cujas raízes devem ser procuradas no mercado do século XIX, que sofreu, com o advento da Segunda Guerra Mundial, uma alteração substancial.

* * *

A Ásia viveu isolada do Ocidente, como se sabe, até a primeira metade do século XIX. Certamente, esse isolamento não excluía a participação do mercado oriental, sobretudo o chinês, no sistema de comércio internacional; mas essa participação não era suficiente para criar um contato cultural entre as civilizações do Ocidente europeu e o mundo asiático, que vivia fechado em si mesmo. Vem de uma antiguidade remota a famosa Estrada da Seda. Através de baldeações sucessivas, os produtos do Oriente chegavam, por rota das caravanas, aos portos da Ásia Menor, de onde eram expedidos para as praças do Mediterrâneo e, posteriormente, estabelecida a navegação pela rota do Cabo, as mercadorias orientais chegavam, dos portos da Índia e da própria China, às cidades ibéricas.

Outro foi, porém, o contato entre o Oriente e o Ocidente, o qual se sistematizou no século XIX. Essa é a época em que as grandes nações do Ocidente, especialmente a Inglaterra, atingem a plenitude do poderio econômico. A industrialização requer a conquista de novos mercados, não só para o abastecimento de matérias-primas, como para a colocação de manufaturas. É então que as potências ocidentais rompem o isolamento asiático, para estabelecer um sistema mais amplo de tráfico. A nova situação nasce principalmente de duas guerras, consideradas das empresas militares mais típicas do imperialismo: a guerra de 1839 a 1841 (a famosa Guerra do Ópio) e a de 1857 a 1860. Graças a essas duas guerras e aos tratados que lhes seguiram, abre-se a China ao comércio ocidental, não na base de um intercâmbio liberal, mas sim na base de concessões territoriais e privilégios jurídicos em favor das potências ocidentais.

A situação política chinesa favorecia a criação de um sistema desse tipo. A dinastia manchu, que já governava o país há séculos, havia chegado àquela fase final de todos os governos chineses, caracterizada pela impotência e pela corrupção. Era uma dinastia vulnerável - qualquer potência invasora facilmente conquistaria os privilégios que desejasse. Assim, nasceram as famosas concessões e extraterritorialidades, que reconheciam às potências ocidentais o direito de manterem, no Oriente, uma esfera jurídica própria, ao mesmo tempo que fortificavam certas posições, para maior segurança de seu comércio. A França fortificou-se em Anan, no sul da China; a Alemanha, na importante Península de Shantung; o Japão, mais para o fim do século, e depois de contender com a Rússia, ocupou a Coréia e se assegurou do controle do sul da Manchúria, ocupando a Península Liaotung, onde se encontra Porto Artur; a Rússia assumiu o controle da Estrada de Ferro Oriental, que é o eixo através do qual o sistema manchuriano entronca na Transiberiana e, portanto, com o pulmão

econômico dessa região. A Inglaterra, finalmente, assumiu a posição mais favorecida, tomando Hong-Kong e colocando, sob seu controle, os dois principais escoadouros da China: Shangai, escoadouro da China Central, da região do Yang Tsé, e Cantão, escoadouro da China do Sul, da região do Si-king.

A parte sul da China é uma zona tropical de grande importância no intercâmbio dos produtos tropicais, com clima semelhante ao da Indochina e, em muitos aspectos, .10 clima tropical, que conhecemos. Nessa região, banhada pelo rio Si, desenvolveu-se uma civilização cujo nível cultural nunca atingiu o da China Central. Esta última, de clima europeu temperado e de maior diversidade de recursos, foi o verdadeiro foco da civilização mandarínica, desenvolvendo-se economicamente em torno da grande artéria que atravessa de um a outro extremo - o Yang Tsé. Graças às concessões estabelecidas nos portos de saída, ficaram as duas regiões sob o controle inglês, ao mesmo tempo em que a China do Norte - a China do Rio Amarelo ficava sob a influência do estabelecimento alemão em Shantung. Essa influência era, aliás, contrabalançada pelas alianças que a Inglaterra estabeleceu, desde então, com os nipônicos.

Assim, o grande empreendimento ocidental na China foi, especialmente, uma limitação severa da soberania chinesa. Ao mesmo tempo, o regime colonial estabelecia-se na Ásia. A Índia ingressava no Império Britânico, a Inglaterra expandia-se em toda a parte sul do Continente Asiático, e, sob um sistema realista e rígido de garantias políticas e militares, a vida asiática caía sob o império das potências europeias metropolitanas.

* * *

Os investimentos feitos nesse período sobem a muitos bilhões de dólares, mas, longe de terem servido à elevação do nível de vida e à diferenciação econômica dessas regiões, tiveram um sentido nitidamente imperialista, agravando o pauperismo asiático, graças ao que bem podemos chamar uma "economia de espoliação". O comércio da China e dos demais países dessa região com as potências metropolitanas obedecia, inalteravelmente, ao tipo da troca de produtos primários por manufaturados. É sabido que esse tipo de intercâmbio representa um empobrecimento contínuo para os países produtores de matérias-primas, cujos preços não evoluem da mesma forma que os das manufaturas, estas encarecem mais rapidamente, o que faz com que a mesma quantidade de produtos primários compre uma quantidade cada vez menor de manufaturas.

Sobre o preço dos produtos primários, a exploração imperialista ainda exerce, através de seus investimentos, uma ação depressiva porque, tornando-se ela própria produtora de bens primários nos países que os exportam, influi no sentido da

manutenção de baixos níveis de preço para esses produtos.

A balança comercial chinesa foi equilibrada, na segunda metade do século XIX, por um sistema triangular: os Estados Unidos começavam a penetrar no mercado oriental, onde vendiam menos que as potências europeias, mas onde eram grandes compradores de matérias-primas; daí resultava, no comércio da Ásia com os Estados Unidos, um saldo positivo, constante e apreciável. Pelo contrário, o comércio da Ásia Oriental com as potências metropolitanas apresentava saldo negativo. Os pagamentos a fazer eram superiores aos a receber. Esse saldo negativo, no balanço de contas, compunha-se de duas parcelas: em primeiro lugar havia o saldo devedor proveniente das importações de manufaturas, superiores em valor às exportações; em segundo lugar, o pesado serviço de reembolso de investimentos e de remessa de benefícios que a Ásia Oriental tinha de fazer aos países europeus investidores. O saldo positivo, no balanço com os Estados Unidos, permitia que se compensasse triangularmente o sistema, com grande benefício das economias desenvolvidas que operavam com a região. Esta vivia, pois, uma passividade econômica absoluta em relação aos países que com ela comerciavam. A carência de capitais domésticos era crônica; o nível da renda individual, baixíssimo; não se formavam reservas que pudessem ser aplicadas no desenvolvimento industrial, na compra de bens de produção, e os bens de produção utilizados pelo trabalhador asiático eram qualitativamente inferiores, numa área em que o baixo preço do custo de produção era obtido pela baixa remuneração da mão de obra.

Baixa era igualmente a produtividade técnica da região. Com exceção do arroz, todas as outras safras da Ásia Oriental ainda hoje são inferiores em 10 a 20% aos rendimentos médios mundiais. Antes da Segunda Guerra Mundial, estimava-se que 1/5 da renda mundial correspondia à renda de toda a região asiática. Quando se pensa que essa região mantém metade da população do mundo, bem se pode imaginar o que seja o baixíssimo nível de vida das populações, especialmente o das que se concentram na área extremo-oriental.

* * *

Que condições políticas favoreceram a manutenção desse estado de coisas?

Em primeiro lugar, não podemos esquecer o importante fator representado pela debilidade da dinastia manchu, no momento em que a Ásia sofreu o impacto econômico-militar das potências ocidentais. Os regimes políticos chineses têm-se mostrado historicamente vulneráveis, em sua última fase, à corrupção. Depois de um período de atividade política e administrativa, declinam e caem no desfrute dos privilégios e na prática da corrupção. As potências ocidentais encontraram a China num desses momentos históricos de liquidação de uma dinastia e da classe dirigente

que a acompanha.

Em segundo lugar, o *background* cultural da Ásia, especialmente das populações educadas no Confucionismo, favorecia qualquer forma de dominação desse gênero, pois, em vez de uma educação baseada no princípio da igualdade e da proteção dos direitos individuais, ali operava seus efeitos: uma educação moldada pelos princípios da obediência, da submissão à autoridade e do culto à hierarquia e ao poder estabelecido. Merece reflexão a insistência com que os países ocidentais, conquistadores do Oriente, fizeram o elogio dessa religião e desse *background* cultural. Na realidade, esse sistema de educação e de ideias, tantas vezes louvado pelos intelectuais do Ocidente, foi um dos grandes veículos da passividade política que as populações orientais ofereceram à conquista econômica processada durante o século XIX. O dispositivo religioso colocava aqueles povos numa atitude de passividade em relação às suas próprias autoridades constituídas, com as quais o invasor facilmente se entendia pela força ou pela corrupção.

* * *

Os resultados históricos da dominação asiática, pelo imperialismo ocidental, eram previsíveis: a Ásia, (especialmente a Ásia Oriental), havia de se tornar, durante o século XX, o centro mais vivo do nacionalismo político.

Em cada país e em cada época, ele assume formas próprias que variam desde o simples nacionalismo emocional dos povos subdesenvolvidos, até as doutrinas de elaboração mais complicadas, que visam à autossuficiência econômica e ao tipo de governo autoritário. Na Ásia, entretanto, o nacionalismo apresentava um denominador geral, que constituiria a sua principal e permanente característica: o sentido anti-imperialista, a reação *contra* a opressão exercida sobre os povos e territórios asiáticos pelos grandes interesses econômicos do Ocidente. Nacionalismo e anti-imperialismo são palavras sinônimas no vocabulário político asiático de hoje. A compreensão dos problemas regionais do Extremo Oriente, em nossos dias, depende essencialmente do conhecimento do surto nacionalista na China e no Japão e do papel que desempenharam, nesse surto, as influências concomitantes da URSS e dos Estados Unidos.

* * *

O primeiro país cujo surto nacionalista devemos acompanhar é o Japão. Esse surto costuma ser datado de 1867, quando o Japão, por um movimento consciente de sua elite mais influente, empreendeu o que se costuma chamar a ocidentalização de sua economia e de seus métodos de governo e de educação. Graças à precocidade desse movimento, o Japão ingressou no número das potências que partilharam o controle das regiões asiáticas menos desenvolvidas e pôde assumir, em relação a

elas, o papel de grande país manufatureiro, com intercâmbio de manufaturas por produtos primários, tornando-se, ele próprio, um centro de ação imperialista sobre as regiões vizinhas.

Até aquela época, o Japão era um Estado feudal, governado pelos samurais, com uma autoridade central extremamente débil, encarnada no imperador. Os samurais eram senhores da terra *landlords*. O movimento nacionalista foi, em seu aspecto político principal, um movimento de reforço da autoridade central sobre os samurais, e a esse escopo serviu a ideologia da deificação do imperador. Enganam-se os que veem nessa deificação uma profunda tradição japonesa; na verdade, ela nada mais é que uma ideologia visando ao fortalecimento do Estado, muito semelhante, em seus imperativos vitais, à divinização do imperador romano, à época em que a autoridade de Roma sentiu necessidade de se estender a povos de religiões e tradições muito diversas.

A monarquia autoritária japonesa sentiu necessidade de expandir-se através de empresas militares que lhe acentuaram, desde os primeiros momentos, a tendência para o militarismo. Em 1894, empreendeu a guerra de libertação da Coreia e de sua transformação em país Independente, até 1905, quando foi anexado ao Império Japonês; em 1904, a guerra contra a Rússia, cujo resultado é hem conhecido. Afirmando como potência regional, o Japão aliou-se à Inglaterra e atingiu o nível de potência mundial durante a guerra de 1914, na qual seguiu uma política de limitação do seu campo de interesse ao Oriente.

A orientação nacionalista que se propagou a todos os países depois da Primeira Guerra Mundial, especialmente no fim da década de 20 e durante a década seguinte, acentuou no Japão as tendências políticas vindas de sua evolução anterior. Desde a crise econômica de 1929, que atingiu profundamente a economia nipônica, o país se orientou para a autarquia econômica que, em se tratando de país de pequeno território, densamente povoado, não poderia ser alcançada senão à custa da anexação de novos territórios que lhe proporcionassem recursos naturais e espaço vital para os seus excedentes demográficos. Em uma sociedade militar se constituiu como verdadeiro núcleo do fascismo japonês, num espírito de reação contra os partidos políticos acusados de corrupção. Em janeiro de 1931 o Japão invade a Manchúria.

A Guerra da Manchúria constitui um dos pontos mais relevantes da recente evolução no panorama asiático. Datam desse momento os entendimentos do Japão com a URSS, visando assegurar a neutralidade desta, mediante o compromisso de que não seriam ocupadas as linhas férreas controladas pelos soviéticos. A campanha da Manchúria representa uma rápida empresa que termina em 1932, com a independência das províncias orientais da China, sob o nome de Mandchukuo, firmando,

com o Japão, um pacto de defesa que vincula intimamente os dois países.

Durante os anos seguintes, progride o imperialismo japonês, alimentado pelas duas facções que se contendem nos quadros sociais e políticos do país: a facção militar, mais imediatamente imperialista, e a facção burguesa que, imprimindo ao desenvolvimento econômico um alto grau de intensidade, torna cada dia mais prementes as necessidades de expansão política e militar. Define-se, por volta de 1937, a doutrina da Ásia Oriental Maior - "a Ásia para os asiáticos" - visando à constituição de uma comunidade da Ásia Oriental sob a regência do Japão. Em 1937, o Japão entra em guerra com a China. Em 1938, está diplomaticamente ligado ao fascismo mundial, encontrando, na aliança com os países do Eixo, o caminho para acelerar a sua política de expansão, que começava a entrarem conflito incurável com os interesses ingleses e franceses no Extremo Oriente. Tal foi o surto do nacionalismo japonês.

* * *

O movimento nacionalista, na China, começa efetivamente em 1911, com o movimento contra a dinastia Manchu, o qual resultou na proclamação da República Chinesa, que não obteve, imediatamente, o controle de todo o país. Nas províncias do Norte, estabeleceu-se o governo fragmentário de alguns chefes militares (*warlords*) que se contendiam entre si, exercendo autoridade sobre diferentes áreas, enquanto no Sul, em Cantão, a República se firmava, sob forma ainda débil, dirigida pelo famoso líder chinês Sun Yat-sen, criador do Kuomintang, o partido nacionalista chinês. A circunstância de haverem os governos corruptos dos chefes militares do Norte aquiescido à pressão japonesa, na questão bem conhecida das 21 exigências do Japão, fez com que o governo do Sul adquirisse grande prestígio e assumisse posição de líder nas camadas intelectuais do país. Como era natural, o Kuomintang não podia dispensar o apoio de potências estrangeiras. A Inglaterra voltou-se confiadamente para um dos chefes militares do Norte, ao qual apoiou. Outro desses chefes era sustentado pelo Japão, e como era natural, o Kuomintang voltou-se para os *soviets*. A partir daquele momento inicial, os *soviets* foram o grande suporte do nacionalismo chinês.

A oposição entre nacionalismo e comunismo, que se tornou característica da história política recente de tantos Estados, não pode ser observada na China, nem se aplica, de um modo geral, aos povos que reagiram contra a dominação estrangeira ocidental, sob a inspiração de um sentido nacionalista e com o objetivo de fomentar o próprio desenvolvimento. Em todos esses povos, e na China especialmente, o nacionalismo foi levado a uma aliança maior ou menor com os *soviets*, pela posição tomada contra as potências ocidentais que não compreenderam, em tempo, os justos objetivos das classes líderes nos países dominados pela opressão ocidental. O comunismo chinês, que atingiria a sua meta política com o atual governo de Mao

Tsé-tung, seria ele próprio uma projeção estremada do nacionalismo republicano, e a cisão entre os antigos republicanos e a ala comunista se inspiraria muito mais em motivos nacionalistas do que em diferenças doutrinárias sobre a organização econômica ou política do Estado.

Os primeiros tempos da República Chinesa foram assinalados por uma colaboração bastante estreita dos *soviets*. Mahlin, secretário de Lenine, e Borodin, conhecido líder comunista, foram as personalidades que mais diretamente prestaram a colaboração soviética no governo de Cantão, orientando em mais de um ponto o destino do movimento nacionalista nascente. Deve-se a essa colaboração, entre outras coisas, a fundação do Colégio Militar de Whampoa, onde, com a assistência russa, chefes militares chineses se preparam para as tarefas militares que o novo regime teria necessidade de empreender, visando à unificação política do país. É como dirigente dessa Escola Militar que primeiro aparece a figura, tão expressiva posteriormente, do general Chiang Kai-shek.

A vida republicana chinesa, depois da morte de Sun, é dominada pela luta militar entre Cantão e os chefes militares do Norte. Sun havia criado uma estrutura doutrinária, ainda que imprecisa, para o movimento republicano, formulando os três princípios sobre os quais assentaria a nova mentalidade política do país. Entre esses princípios, o nacionalismo seria o mais dinâmico e o de maior repercussão nos desenvolvimentos ulteriores.

Em 1926, a China está dominada pela guerra civil. O movimento nacionalista do Sul ataca os chefes militares do Norte, avançando sob o comando de Chiang Kai-shek para a China Central, onde se estabelece a nova capital em Hankow. Naquela ocasião, o próprio Koumintang já se apresentava dividido internamente em duas alas: uma conservadora e pacifista, desejando sobretudo o restabelecimento da paz e da normalidade no país; outra mais diretamente inspirada pelos elementos de esquerda do partido, procurando acentuar o sentido revolucionário do regime e encaminhar a República Chinesa para o socialismo. Chiang Kai-shek tendia para ala pacifista e, havendo estabelecido em 1927 seu Quartel-General em Nankim, rompeu com a ala esquerdista do Kuomintang. A própria ala esquerda estava, porém, dividida; desde 1921 se havia organizado o partido comunista chinês, com apoio direto de Moscou, visando encaminhar a revolução chinesa para o socialismo. O rompimento de Chiang Kai-shek com a ala esquerda do partido republicano determinou o reagrupamento dos elementos políticos da República, passando os esquerdistas irreconciliáveis a gravitar na órbita do partido comunista enquanto os demais elementos se concentravam em torno do governo de Nankim. Em 1931, a guerra contra o Japão vai acentuar essas divergências, os comunistas acusando a política de Chiang de não ser bastante resistente aos japoneses e, por conseguinte, disputando com o Koumintang a qualidade de intérprete fiel do nacionalismo chinês.

O movimento comunista chinês que hoje se encontra no poder, modelando o regime denominado nova democracia, herdou a principal tese de Sun: o nacionalismo anti-imperialista. Cumpre notar que o nacionalismo, tal como o entendemos no Ocidente, nunca encontraria ressonância na mentalidade política do povo chinês. A fidelidade à nação, ao grupo político que se encarna no Estado é alheia à mentalidade chinesa, dominada muito mais pela fidelidade aos grupos familiares e regionais, de expressão menos abstrata. A ideia nacionalista seria admitida pela mentalidade chinesa, unicamente em seu aspecto de anti-imperialismo, e, mais precisamente, de antieuropeísmo, o que a tornara igualmente acessível, tanto a um partido de direita, como a um partido de extrema esquerda, da orientação socialista. Isso não impede que o comunismo chinês seja fundamentalmente leninista. Ele parte, como se depreende do pensamento de Mao em seu livro *A nova democracia*, daquela afirmação notória do leninismo de que o capitalismo, em sua última fase, identifica-se com o imperialismo. Não há nação capitalista que possa fugir à evolução irresistível que a conduz ao imperialismo. É por esse raciocínio que o comunismo chinês chega a estender, aos Estados Unidos, a repulsa tradicional da mentalidade nacionalista às grandes potências europeias, já que os Estados Unidos nunca fizeram política imperialista na China, tendo exercido, pelo contrário, uma influência sobre os negócios chineses, que muitas vezes moderou ou contrastou a influência das potências europeias.

A identificação entre o imperialismo e o capitalismo permitiu, entretanto, aos comunistas da nova democracia, identificar teoricamente os Estados Unidos como um dos adversários, senão o maior adversário do povo chinês. O mesmo raciocínio conduz, por outro lado, à afirmação de que a Rússia, não sendo uma nação capitalista, não pode, por definição, ter um imperialismo. Pouco importa que o expansionismo soviético se tenha feito sentir tantas vezes na recente história chinesa, revelando o interesse russo em controlar áreas geográficas e em manter posições de domínio político e econômico. Na doutrina da nova democracia, o imperialismo soviético não pode ter outro sentido senão o de solidariedade da república dos proletários em relação às outras massas trabalhadoras do mundo. Tais são os raciocínios extremamente especiosos, com que o regime comunista chinês mantém aberta a porta da influência soviética no país, ao mesmo tempo em que faz do anti-imperialismo a sua principal bandeira junto às massas trabalhadoras. É verdade que a forma de cooperação soviética, em muitos casos, atenua o sentimento da exploração estrangeira, à qual o povo chinês era mais particularmente sensível. Os técnicos e os dirigentes russos, que se infiltram na administração e na vida econômica da China, igualam-se aos técnicos e os dirigentes chineses, inclusive sob o ponto de vista da remuneração de seus serviços, o que contrasta com a extraordinária distância social mantida no país pelos ocidentais. Além disso, o governo russo tem feito uma política de grande habilidade, abrindo mão de várias reivindicações tradicionais em favor da

China desde 1924.

O partido comunista chinês assumiu o poder em primeiro de outubro de 1949, instituindo a chamada República do Povo. Os problemas enfrentados pelo novo regime são múltiplos, e é inegável que não podemos considerar o governo comunista da China como um simples títere do governo central soviético. Raízes próprias o prendem ao solo chinês, e constitui um enigma, tanto para a China como para a URSS, a evolução dos interesses políticos dos dois países, já que a expansão soviética no Oriente reserva para a China um papel subordinado, que muitas vezes pode ter de contrariar as aspirações imediatas de seu povo.

O governo nacionalista de Chiang, demolido pela corrupção política e pela derrota militar, refugiou-se em Formosa. Sua importância no panorama internacional advém, em particular, da necessidade que experimentam as nações democráticas, especialmente os Estados Unidos, de não considerarem o poder político da China, definitivamente conquistado pelo partido comunista.

* * *

• Não estaria completo, contudo, o exame do panorama político chinês, se não o integrássemos com o estudo de duas áreas geograficamente incluídas na China, mas com centros diferentes de gravitação no sistema internacional. A primeira é a Mongólia exterior e a segunda a Manchúria, o antigo Manchukuo, reintegrado na comunidade chinesa depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1946, a missão "Paulley" visitou a Manchúria e procedeu a um levantamento dos resultados, até então mal conhecidos, do domínio japonês na região. Viuse, naquele momento, quanto o Japão transformara o padrão econômico da Manchúria, tradicionalmente considerada uma terra de pastagens e de rendimento agrícola, mas que não havia sido desenvolvida industrialmente. Os japoneses submeteram o país ao desenvolvimento intensivo, atingindo importantes resultados antes de se iniciar a Segunda Grande Guerra.

A produção de carvão, que em 1931 atingia a 9.000.000 de toneladas, em 1941 elevava-se a 25.000.000. A eletrificação da Manchúria que já era, em 1931, importante no quadro chinês, orçada em torno de 300.000 kw de força instalada, em 1941 atingia a 1.400.000 kw. A siderurgia, inexistente ao tempo da conquista pelo Japão, assegurava ao país, em 1941, uma produção de 2.500.000 toneladas de aço. Em torno dessa indústria pesada de base, desenvolveram-se as indústrias de automóvel, de máquinas, de aviões, ao mesmo tempo em que o parque industrial se completava em outras direções, com indústrias de celulose, proveniente da polpa da madeira, e várias indústrias químicas de base. A Manchúria tornou-se, assim, no panorama eco-

nômico da Ásia Oriental, uma das zonas industrialmente desenvolvidas e capacitadas para atender às necessidades de países de baixo nível de industrialização. Para ela voltaram as suas vistas os russos, uma vez terminada a Segunda Guerra Mundial, levantando bens de produção, a título de reparações de guerra, estimados em US\$ 5.000.000.000,00.

A esse desenvolvimento industrial, acrescentemos o apreciável desenvolvimento do sistema de transportes ferroviários e a Estrada de Ferro do Sul da Manchúria.

Em resumo, podemos dizer que a Manchúria se tornou uma área economicamente desenvolvida, incrustada numa região subdesenvolvida e, conseqüentemente, indispensável a qualquer programa econômico de longo alcance que venha a ser planejado para a Ásia Oriental.

* * *

A Mongólia exterior, desde 1921, constitui uma República do Povo, integrada na comunidade soviética. Essa incorporação resultou de um processo rápido e militar, iniciado com a captura de Urga, a principal cidade da Mongólia, na guerra movida pelos soviéticos contra os russos brancos. Formou-se, com a dominação da província, até então integrada na comunidade chinesa, um partido revolucionário do povo, que se sublevou contra o governo dos príncipes e dos lamas, dirigentes tradicionais do país. Um desses lamas, levado ao governo como Primeiro- Ministro, iniciou o processo de assimilação que, no episódio seguinte, levaria o país a gravitar na órbita soviética.

A República da Mongólia, dividida em províncias militares e ocupada por uma apreciável força militar, desempenhou, nos anos de ação japonesa na Manchúria, o papel de vanguarda soviética em face do expansionismo japonês. Ao mesmo tempo, essa república periférica militar representava uma poderosa arma assestada contra a China. Cercam-na numerosas populações mongóis, vivendo em território chinês: a Mongólia interior, província chinesa, e a Manchúria contêm ambas, em sua população, uma alta porcentagem mongólica.

Desse modo, a República do Povo da Mongólia seria colocada à frente de um nacionalismo mongol, movimento de projeção regional apreciável, que tende a se infiltrar nas regiões adjacentes, representando a infiltração soviética num terreno de valor potencial, na eventualidade de novos deslocamentos de forças políticas no Oriente.

* * *

A Mongólia e a Manchúria representam, no quadro atual do Extremo Oriente, duas importantes peças da política da URSS. A primeira é uma república militar e, ao mesmo tempo, o centro de um movimento de nacionalismo racial, de repercussão assegurada numa extensa faixa geográfica; a segunda é uma região industrialmente desenvolvida, que contribui para a manutenção das áreas soviéticas do Oriente, uma vez que o Japão escapa por completo ao controle soviético. Por essa razão, a Manchúria, embora nominalmente integrada na República Chinesa, está sob o regime de um governo local autônomo exercido por seu partido comunista e tendo à sua frente um dos mais importantes líderes comunistas do Oriente: Li Li-san.

Li Li-san, tradicionalmente considerado um adversário de Mao, é um líder muito mais integrado ao comunismo soviético, muito mais educado nos processos e na mentalidade internacional do que Mao Tzé-tung, que é, tipicamente, um líder nacionalista, embora de formação doutrinária marxista-leninista. A presença do governo de Li Li-san na Manchúria corresponde, na concepção soviética da forma política da sociedade, à ideia de que esta é uma região dialeticamente mais avançada do que o resto da China. A Manchúria já é uma sociedade industrial ou semi-industrial, em que existe um proletariado de tipo correspondente e onde é possível, portanto, estabelecer um governo de índole muito mais revolucionária do que o compatível com uma sociedade recém-saída do feudalismo agrário, como a China. Pode-se considerar que o governo de Mao é praticamente um governo comunista chinês dependente de Moscou, mas não criado arbitrariamente, ao passo que o governo de Li é tipicamente um governo títere, semelhante a outros estabelecidos em satélites ocidentais.

* * *

O sistema da política soviética, no Extremo Oriente, completa-se com a Coréia. Com seus 28.000.000 de habitantes, estrategicamente situada em frente à Península de Shantung e a pequena distância do Japão, a Coréia é um produto, como a Manchúria, da política de desenvolvimento e industrialização seguida pelos japoneses durante o tempo, consideravelmente maior, em que a mantiveram sob seu domínio. Uma economia desenvolvida e integrada, embora com uma concentração industrial mais intensa no Norte do que no Sul, faz com que esse país, somado à Manchúria, represente, para a economia de baixa produtividade das outras regiões chinesas, a garantia única de subsistência regional, a menos que a URSS pudesse dispor-se a transferir importantes capitais para a China, iniciando um programa dispendiosíssimo de desenvolvimento e industrialização.

Não há exagero em afirmar que a China tem a sua manutenção como nação comunista, na dependência de uma destas alternativas: ou a cooperação econômica

do Japão, que parece precária à vista da integração desse país na órbita das democracias ocidentais; ou uma política de grandes investimentos soviéticos para desenvolver as possibilidades industriais da própria China, o que parece economicamente irrealizável; ou ainda o controle, pelos *soviets*, das duas regiões desenvolvidas na Coreia e na Manchúria, o que depende essencialmente do resultado da presente campanha militar.

A Coreia e a Manchúria formavam, do ponto de vista japonês, uma unidade econômica. Trabalhadas por uma intensa política de industrialização, atingiram um nível econômico muito mais alto do que as regiões vizinhas, bastando ressaltar que, em face dos algarismos de 1939, o volume do comércio exterior da Coreia só é inferior, na Ásia, ao do Japão e ao da Índia. Seu intercâmbio excedia, em importância, ao da China e ao de qualquer outro país isolado do Oriente. Como país exportador de gêneros alimentícios, ela supria vários mercados vizinhos.

Além disso, a educação japonesa aproveitou intensamente os coreanos, que figuram entre os raros povos da Ásia com uma elite educada para a vida industrial, com certa experiência de administração em grande escala. A falta de uma elite treinada para as tarefas de uma vida econômica complexa constitui uma das limitações mais sérias de que sofrem os países subdesenvolvidos. Esse é um problema comum à Ásia e à América Latina; e a Coreia pode ser considerada um dos países que se acha mais avançado, nesse ponto, em relação aos do seu grupo.

A dominação da Coreia e da Manchúria, pelo bloco soviético, constitui hoje um dos pontos essenciais para a política comunista na Ásia, tanto na pequena como na grande conjuntura. Sem essas duas regiões industrializadas, a URSS teria de enfrentar o oneroso programa de desenvolvimento econômico da China, deslocando importantes capitais de outras áreas em que eles estão sendo consumidos, sobretudo, por programas de mobilização econômica com objetivo militar.

Uma compreensão integral do desenvolvimento do cenário asiático exigirá ainda que se estude o problema do Japão, cujas possibilidades de recuperação econômica são excepcionais, uma vez que se trata não de um país subdesenvolvido a se desenvolver, mas de um país parcialmente destruído a se reconstruir. Tanto pela capacidade de suas classes técnicas e dirigentes, como pela Industrialização já atingida, o Japão está em condições de retomar rapidamente o seu papel de grande nação industrial do Extremo Oriente. Hoje, sua economia encontra-se submetida a um planejamento rigoroso, que lhe permitirá atingir, no ano de 1953, níveis de produtividade industriais bastante superiores aos que se verificavam antes da guerra. Somente no campo agrícola esses níveis não seriam atingidos, segundo as previsões.

Ao mesmo tempo, cumpre considerar que a reorganização japonesa vem obedecendo a uma transformação política de grande alcance, cuja nota principal é a liquidação do militarismo. Um segundo estudo indispensável *h* integração dos elementos aqui oferecidos é o que ponha, sob inteira luz, as perspectivas imediatas do Japão na Ásia, o que obriga a considerar igualmente a política dos Estados Unidos e das nações democráticas no Pacífico.